

Intersindical derrotada

DOS NOSSOS CORRESPONDENTES

PORTO (TEMPO) — Nas duas mais recentes eleições para corpos gerentes de sindicatos realizadas na cidade do Porto, verificou-se a derrota, por margens que se podem considerar realmente significativas, da linha afecta ao Partido Comunista e à Intersindical, em favor de tendências que lhe são directamente opostas.

Efectivamente, os empregados de escritório do Distrito do Porto tiveram oportunidade de eleger o novo elenco directivo que presidirá aos designios do seu sindicato, tendo ao acto eleitoral concorrido seis listas. Estando inscritos nos cadernos de recenseamento cerca de vinte e sete mil votantes, e tendo-se registado um número recorde de votos entrados nas urnas (cerca de sete mil, ao passo que, em anteriores eleições, nunca o número de participações ao acto eleitoral chegou a atingir os três mil), saiu vencedora a lista A, com um total de 5421 votos, enquanto que a segunda lista mais votada, a lista E (afecta à linha PC/Intersindical), que- dou-se pelos 889.

A lista vencedora, que engloba elementos affectos ao Parti-

do Popular Democrático, Partido Socialista e independentes, safou, na sua quase totalidade, da Comissão Provisória que dirigiu os destinos do sindicato desde os meados de Agosto último, altura em que a Direcção então em exercício apresentou a sua demissão.

Entretanto, sabemos que elementos do corpo directivo agora eleito, têm sido alvo de ameaças telefónicas, pon-do em risco a sua integridade física.

Por sua vez, no que respeita ao Sindicato dos Electricistas do Norte, e às eleições que se efectuaram no último domingo para os corpos gerentes deste sindicato, podemos referir que estas tiveram a afluência de 2594 votantes, que deram cerca de 56% dos seus votos à lista A, enquanto que os restantes votaram na lista B, sendo estas, aliás, as duas únicas listas postas à consideração dos votantes.

Também neste sindicato, foi a lista afecta à linha do Partido Popular Democrático e Partido Socialista (que tinha como siglas «Não à Intersindical») e «Pelo sindicalismo de base») que saiu vencedora sobre a outra tendência em questão,

afecta ao Partido Comunista e Intersindical (pugnando esta «Por um sindicato democrático e apartidário»).

Neste sindicato, encontrava-se em exercício um elenco directivo formado em Maio de 74, e pode dizer-se que a linha que preconizava (aproximada da defendida pela lista B) não obteve êxito total.

Intersindical derrotada

DOS NOSSOS CORRESPONDENTES

PORTO (TEMPO) — Nas duas mais recentes eleições para corpos gerentes de sindicatos realizadas na cidade do Porto, verificou-se a derrota, por margens que se podem considerar realmente significativas, da linha afectada ao Partido Comunista e à Intersindical, em favor de tendências que lhe são directamente opostas.

Efectivamente, os empregados de escritório do Distrito do Porto tiveram oportunidade de eleger o novo elenco directivo que presidirá aos desígnios do seu sindicato, tendo ao acto eleitoral concorrido seis listas. Estando inscritos nos cadernos de recenseamento cerca de vinte e sete mil votantes, e tendo-se registado um número recorde de votos entrados nas urnas (cerca de sete mil, ao passo que, em anteriores eleições, nunca o número de participações ao acto eleitoral chegou a atingir os três mil), saiu vencedora a lista A, com um total de 5421 votos, enquanto que a segunda lista mais votada, a lista E (afecta à linha PC/Intersindical), que- dou-se pelos 889.

A lista vencedora, que engloba elementos afectos ao Parti-

do Popular Democrático, Partido Socialista e Independentes, saiu, na sua quase totalidade, da Comissão Provisória que dirigiu os destinos do sindicato desde os meados de Agosto último, altura em que a Direcção então em exercício apresentou a sua demissão.

Entretanto, soubemos que elementos do corpo directivo agora eleito, têm sido alvo de ameaças telefónicas, pondo em risco a sua integridade física.

Por sua vez, no que respeita ao Sindicato dos Electricistas do Norte, e às eleições que se efectuaram no último domingo para os corpos gerentes deste sindicato, podemos referir que estas tiveram a afluência de 2594 votantes, que deram cerca de 56% dos seus votos à lista A, enquanto que os restantes votaram na lista B, sendo estas, aliás, as duas únicas listas postas à consideração dos votantes.

Também neste sindicato, foi a lista afectada à linha do Partido Popular Democrático e Partido Socialista (que tinha como siglas «Não à Intersindical») e «Pelo sindicalismo de base») que saiu vencedora sobre a outra tendência em questão,

afecta ao Partido Comunista e Intersindical (pugnando esta «Por um sindicato democrático e apartidário»).

Neste sindicato, encontrava-se em exercício um elenco directivo formado em Maio de 74, e pode dizer-se que a linha que preconizava (aproximada da defendida pela lista B) não obteve êxito total.

A Intersindical reivindica a luta dos metalúrgicos, construção civil e outras e ataca o VI Governo

A convite da C.G.T. Francesa, esteve em França, de 17 a 22 do mês passado, uma delegação da Intersindical de Portugal que, de acordo com um documento divulgado, teve «vários contactos com militantes» daquela organização, além da oportunidade «de informar largamente da situação em Portugal e das lutas dos trabalhadores e do Povo para salvaguardar as conquistas alcançadas com a Revolução de 25 de Abril de 1974».

Nesse documento faz-se referência às «grandes acções dos metalúrgicos, dos trabalhadores da construção civil e outros» numa luta que «a Intersindical leva a cabo» para «impor justas reivindicações dos assalariados», considerando-as como «demonstração da sua consciência de classe, face às medidas antioperárias e antipopulares tomadas pelo Governo actual».

O texto da Intersindical a que nos reportámos, subordinado ao título «Declaração conjunta da Intersindical de Portugal e da C.G.T.», foi subscrito em Paris em 22 de Novembro, mas só agora chegou às redacções dos jornais, assinala, nomeadamente, que a Intersindical informou a C.G.T. que «está disposta a levar por diante a luta antifascista e participar activamente nas tarefas revolucionárias pelo avanço do processo democrático em Portugal».

As duas organizações denunciaram, igualmente, «o comportamento de numerosas sociedades multinacionais francesas, europeias e americanas que travam uma verdadeira agressão económica para destruir a economia portuguesa» ♦

«elaboraram um acordo de cooperação relativo ao estabelecimento de uma colaboração permanente, a fim de melhorar a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses imigrados em França», ao mesmo tempo que referem «os sucessos alcançados pelos movimentos de libertação nacional, pelos trabalhadores e povos da Guiné-Bissau, de Angola, de Moçambique e de todas as outras colónias portuguesas».

6 DEZ. 1975

Sindicatos debatem o 25 de Novembro

CONVOCADOS pela Intersindical, reuniram-se com o Secretariado deste organismo, na quinta-feira de manhã, representantes das direcções sindicais de Lisboa, tendo discutido o balanço da situação e as medidas a tomar.

A divulgação de um comunicado assinado pela União dos Sindicatos de Lisboa (Intersindical), foi um dos pontos abordados, tendo o Secretariado da Central Sindical Única pedido aos sindicatos que assim o entendessem para procederem à sua distribuição pelos sócios.

O comunicado, que o Secretariado da Inter não quis distribuir pelos seus próprios meios, denuncia "a escalada das forças da direita aos postos-chave do poder político-militar e a sua intensificação após o 25 de Novembro com os apressados saneamentos de militares e civis progressistas de importantes cargos", ao mesmo tempo que apela para a mobilização e luta dos trabalhadores contra aqueles factos e exige a libertação e integração imediata "dos militares progressistas" envolvidos no 25 de Novembro.

Moções de teor semelhante foram aprovadas em reunião geral do Sindicato dos Farmacêuticos (que, dado o não reconhecimento das últimas eleições, ainda é dominado pela linha PCP/MDP).

Estas posições contrastam, aparentemente, com a posição ultimamente assumida pelo PCP, que, pelas declarações do seu Secretário Geral, tem tentado criar uma imagem de independência

relativamente aos acontecimentos de 25 de Novembro, chegando mesmo a criticá-los. A evolução do PCP, leva a prever a possibilidade de trocar a sua linha, que certos sectores consideravam "golpista" ou "social-fascista", por uma actualização reformista de tipo legalista (segundo, assim, as passadas dos seus parceiros ocidentais), que eventualmente culminaria com uma aliança PS-PC.

De resto, o Encontro Nacional Anti-fascista, promovido pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e que contou com a participação da Intersindical, Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais e Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa — todos eles órgãos dominados pelo PCP —, realizado anteriormente em Coimbra, parecia também apontar para a constituição de uma frente anti-fascista que poderia incluir certas forças políticas até aqui consideradas "reaccionárias", e que no actual contexto político se apresentariam como "úteis". No entanto, também neste encontro foi ponto dominante a defesa dos militares envolvidos no 25 de Novembro e a contestação das medidas tomadas pelo Conselho da Revolução.

Perante estes factos, poder-se-á concluir que o PCP novamente actua com duas tácticas distintas: a primeira, a nível de partido — que lhe permitirá negociar com os órgãos de poder —, a segunda, a

nível de organizações de trabalhadores e outras debaixo da sua esfera de influência, que se destina não só a salvar tanto quanto possível a aliança que ultimamente mentinha com certas organizações da esquerda radical, como também não perder determinados militantes nitidamente adversos à via reformista.

De qualquer maneira, é importante apontarem-se algumas declarações feitas durante a reunião da Inter com os representantes das direcções sindicais, segundo nos informou um elemento ali presente.

Assim, devem ser sublinhadas as atitudes das direcções dos sindicatos da Construção Civil e dos Farmacêuticos, que reconheceram não ter o apoio dos sócios. Por outro lado, numa discussão sobre a imprensa, a Intersindical teria considerado como jornal mais à esquerda neste momento o "Jornal Novo". Este aspecto é tanto mais significativo, quanto, segundo certos círculos políticos, Portela Filho e o "Jornal Novo" são considerados os mais acérrimos defensores e impulsionadores da aliança PS-PC...

Entretanto, está em discussão entre os sindicatos fora do controlo da linha PCP/MDP um comunicado, a ser distribuído, sobre os acontecimentos do 25 de Novembro, onde se acusa a Inter de, no início dos acontecimentos, ter mandado as seguintes instruções via telex:

"Mobilização de todos os trabalhadores em todos os sectores onde seja possível com vista aos seguintes objectivos:

- ir para as unidades militares apoiar os militares progressistas;
- ir para as centrais de água e energia;

- ir para os postos de comunicação (Rádio, TV, emissores regionais e delegações do Ministério do Trabalho) para evitar a saída de documentos reaccionários e assegurar as comunicações;

Cada sindicato deve encontrar um esquema de controlo e de ligação permanente com as empresas, União e locais onde se exerça a vigilância. Os delegados sindicais devem montar piquetes organizados nas empresas e assegurar a capacidade de mobilização.

Agradecemos que reforcem em especial o apoio popular à base do Montijo".

O comunicado é todo redigido em termos bastante violentos contra o Secretariado da Central Sindical. Se for assinado por todos os sindicatos entre os quais circulou concluiremos que o esquema de alianças no movimento sindical, se mantém para já.

Seja como for, se a nível geral o contexto político evoluir para uma aliança PS-PC, essa situação reflectir-se-á certamente no plano sindical, onde assistiremos ao esboçar de uma nova relação de forças.

Contra o golpismo e aventureirismo da Intersindical «progressista»

dez sindicatos constroem uma frente

6

Reunidas em plenário, as direcções dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Lhas; dos Jornalistas; dos Trabalhadores de Seguros do Sul; dos Trabalhadores da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca; dos Trabalhadores de Enfermagem do Sul; dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa; das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria

A Luta
8-12-75

e Correlativos do Sul; da Actividade Cinematográfica; dos Técnicos de Desenho (Sul); dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria e Secretariado das Comissões de Luta dos Professores de Lisboa (cidade), decidem na reunião final de dia 4 do corrente: «Construir uma frente contra as manobras da Intersindical», considerando os seguintes pontos:

1—O país esteve à beira da guerra civil e ainda há quem queira retirar a responsabilidade àqueles que, aventureira e criminosamente de manobra em manobra, manipulando justas lutas dos trabalhadores não hesitaram premir gatilhos, espalhar a morte, o caos e a confusão, situação que poderia abrir as portas ao fascismo. O Povo português vê agora a claro quem tantas vezes falando em seu nome, não se importou mesmo de fazer verter sangue dos trabalhadores na tentativa para tomar o poder.

2—Travado este golpe social-fascista, o povo trabalhador não poderá abrandar a sua vigilância, pois que o social-imperialismo não desistirá, ainda, de impor a sua ditadura. Outro tanto terão os trabalhadores de continuar atentos ao imperialismo capitalista e às manobras do fascismo, cuja opressão sentiram na pele, para que não volte com as suas garras ferozes a aproveitar-se da ocasião que o golpe aventureirista do 25 de Novembro lhe poderia proporcionar, se os trabalhadores disso se alhearem.

3—Avançar com formas de luta capazes de manter uma situação de democracia é a única possibilidade de se caminhar de forma irreversível, para a construção da sociedade socialista. Para tanto, propomos que os trabalhadores não permitam o reagrupar de forças e a concretização de novos acordos que possibilitem o desencadear de mais golpes. Os trabalhadores reconhecerão agora a necessidade de substituir certas direcções sindicais e outros órgãos elegendo representantes que coloquem as organizações de classe ao seu serviço. Mas ainda, deverão levar à prática o verdadeiro controlo operário.

4—A informação, controlada e manipulada pelas forças partidárias implicadas no golpe, teve papel de relevância na sua preparação. Todo o povo exigirá que a informação passe a estar realmente ao seu serviço.

5—Vem agora a Intersindical dizer que constitui «o real perigo para a democracia» o saneamento de militares e civis, que o povo sabe serem responsáveis pelo golpe aventureirista, e chega mesmo a chamar-lhes «pro-

gressistas». Muito se pode fazer sendo-se «progressista» no conceito da Intersindical!

Que democracia e que interesses serve o Secretariado da Intersindical, não seria necessário dizê-lo ao trabalhador. Eles sabem-no bem. E para definir a sua «democracia» não precisaria a Intersindical de ter mandado as suas instruções via telex, no próprio dia do golpe. Veja-se só:

1—Mobilização de todos os trabalhadores em todos os sectores onde seja possível com vista aos seguintes objectivos:

a) Ir para as unidades militares apoiar os militares progressistas;

b) Ir para as centrais de água e energia;

c) Ir para os postos de comunicação (Rádio, TV, Emissores Regionais e Delegações do Ministério do Trabalho, para evitar a saída de documentos reaccionários e assegurar as comunicações).

2—Cada Sindicato deve encontrar um esquema de controlo e de ligação permanente com as empresas, união e locais onde se exerça a vigilância.

a) Os delegados sindicais devem montar piquetes organizados nas empresas e assegurar a capacidade de mobilização.»

Seguíam-se várias palavras de ordem e uma anotação final do seguinte teor: «Agradecemos reforcem em especial o apoio popular à base do Montijo.»

Pretenderá a Intersindical, também ela, afirmar que não houve golpe? Querirá o seu Secretariado dizer que esteve fora dele? Ainda não se apercebeu o Secretariado que a sua actuação reflecte uma série de contradições de que os trabalhadores já se aperceberam? Que são para a Intersindical «forças de esquerda»?

6—Os trabalhadores entendem por que razão a Intersindical se calou face aos saneamentos de democratas antifascistas em «O Século», no «Diário de Notícias» e em outros órgãos de Informação e vêm agora, apressadamente, falar do «afastamento» de trabalhadores da E.N. e R.T.P., acusados de terem responsabilidade no golpe. Nós defendemos o direito ao trabalho e os trabalhadores saberão, eles sim, denunciar os «vendidos» que fizeram perigar o direito ao trabalho, quantas vezes expulsando, de forma selvagem, camaradas do local de trabalho para os lançar no desemprego.

7—Por último, alertamos os trabalhadores para duas necessidades que nos parecem evidentes e urgentes:

a) A presença em massa nas Assembleias Gerais dos Sindicatos, como forma de obstar às manobras golpistas,

que minorias antidemocráticas e totalitárias pretenderão levar a cabo com vista a recuperação de posições.

b) A entrada, reentrada, e permanência dos sindicatos democráticos na Intersindical, como forma de denunciarem aos trabalhadores portugueses todas as manobras descaradas que o Secretariado e seus lacaios urdem, traindo os trabalhadores, para servir interesses que não são os seus não correspondendo àquilo que necessariamente, terá de ser uma autêntica Central Única dos Trabalhadores.

Em frente por uma Intersindical nas mãos dos trabalhadores.

Contra o golpismo e o aventureirismo uma ampla participação dos trabalhadores. Em frente na luta por Sindicatos democráticos.»

ESCLARECIMENTO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE OURIVESARIA

Um dos subscritores deste documento, o Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, distribuiu um comunicado em que dá conta da sua desvinculação a outro documento que circulou «nalguns pontos do País, e que tinha por título A LUTA CONTINUA». O comunicado termina esclarecendo que: «Dado que o conteúdo do referido documento (A Luta Continua) não transcreve o espírito que a Direcção deste Sindicato se propôs defender, vêm assim publicamente desvincular-se do referido documento.»

DEZ SINDICATOS NUMA FRENTE

Comício do Rito - 9-12-75

6

«CONTRA MANOBRAS DA INTERSINDICAL»

Num plenário, em que participaram as direcções de dez sindicatos, foi decidido constituir «Uma frente contra as manobras da Intersindical».

Foram os seguintes os organismos de trabalho que participaram na referida reunião: Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas; dos Jornalistas; dos Trabalhadores de Seguros do Sul; dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; dos Trabalhadores de Enfermagem do Sul; dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa; das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul; da Actividade Cinematográfica; dos Técnicos de Desenho (Sul); dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria e Secretariado das Comissões de Luta dos Professores de Lisboa (cidade).

Da moção saída do plenário consideram-se os seguintes pontos:

1 — O País esteve à beira da guerra civil e ainda há quem queira retirar a responsabilidade àqueles que, aventureira e criminosamente, de manobra em manobra, manipulando justas lutas dos trabalhadores não hesitaram premir gatilhos, espalhar a morte, o caos e a confusão, situação que poderia abrir as portas ao fascismo. O povo português vê agora a claro quem tantas vezes falando em seu nome, não se importou mesmo de fazer verter sangue dos trabalhadores na tentativa para tomar o poder.

2 — Travado este golpe social-fascista, o povo trabalhador não poderá abrandar a sua vigilância, pois que o social-imperialismo não desistirá,

ainda, de impor a sua ditadura. Outro tanto terão os trabalhadores de continuar atentos ao imperialismo capitalista e as manobras do fascismo, cuja opressão sentiram na pele, para que não volte com as suas garras ferozes a aproveitar-se da ocasião que o golpe aventureirista do 25 de Novembro lhe poderia proporcionar se os trabalhadores disso se alhearem.

3 — Avançar com formas de luta capazes de manter uma situação de democracia é a única possibilidade de se caminhar de forma irreversível para a construção da sociedade socialista. Para tanto, propomos que os trabalhadores não permitam o reagrupar de forças e a concretização de novos acordos que possibilitem o desencadear de mais golpes. Os trabalhadores reconhecerão agora a necessidade de substituir certas direcções sindicais e outros órgãos elegendo representantes que coloquem as organizações de classe ao seu serviço. Mais ainda, deverão levar à prática o verdadeira controlo operário.

4 — A informação, controlada e manipulada pelas forças partidárias implicadas no golpe, teve papel de relevância na sua preparação. Todo o povo exigirá que a informação passe a estar realmente ao seu serviço.

5 — Vem agora a Intersindical dizer que constitui «o real perigo para a democracia» o saneamento de militares e civis, que o povo sabe serem responsáveis pelo golpe aventureirista, e chega mesmo a chamar-lhes «progressistas». Muito se pode fazer sendo-se «progressista».

Que democracia e que interesses serve o secretariado da Intersindical. Não seria necessário dizê-lo ao trabalhador. Nós sabemos-no bem. E para definir a sua «democracia» não precisaria a Intersindical de ter mandado as suas instruções via telex, no próprio dia do golpe.

OBSTAR A MANOBRAS GOLPISTAS

A moção refere, depois, as aludidas instruções da Intersindical, de entre as quais se salientam a mobilização de todos os trabalhadores com vista a concentrarem-se junto das unidades militares, em apoio dos militares progressistas; junto das centrais de água e energia; dos postos de comunicação e das delegações do Ministério do Trabalho.

E, a moção dos dez sindicatos conclui:

«Pretenderá a Intersindical, também ela, afirmar que não houve golpe? Quererá o seu secretariado dizer que esteve fora dele? Ainda não se apercebeu o secretariado que a sua

actuação reflecte uma série de contradições de que os trabalhadores já se aperceberam? Que são para a Intersindical «forças de esquerda?»

6 — Os trabalhadores entendem por que razão a Intersindical se calou face aos saneamentos de democratas antifascistas em «O Século», no «Diário de Notícias» e em outros órgãos de informação e vem agora, apressadamente, falar do «afastamento» de trabalhadores da E.N. e R.T.P., acusados de terem responsabilidade no golpe. Nós defendemos o direito ao trabalho e os trabalhadores saberão, eles sim, denunciar os «vendidos» que fizeram perigar o direito ao trabalho, quantas vezes expulsando, de forma selvagem, camaradas do local de trabalho para os lançar no desemprego.

7 — Por último, alertamos os trabalhadores para duas necessidades que nos parecem evidentes e urgentes:

A presença em massa nas assembleias gerais dos sindicatos, como forma de obstar às manobras golpistas.»

Frente sindical contesta orientação da INTER

JORNAL
MUNDO
10/12/1971

Dez direcções sindicais procederam à divulgação de um comunicado comum em que se referem as implicações do "golpe do 25 de Novembro" e se aponta para a construção de uma "frente contra as manobras da Intersindical". Subscrevem-no três dos mais importantes sindicatos de trabalhadores de serviços de Lisboa, Bancários do Sul e Ilhas, Seguros do Sul e Comércio do Distrito de Lisboa, além das direcções dos sindicatos dos Jornalistas, Trabalhadores de Enfermagem do Sul, da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas, Técnicos de Desenho, Indústria de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, Actividade Cinematográfica e ainda o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria e o Secretariado das Comissões de Luta dos Professores, também de Lisboa.

Cotando instruções enviadas via *telex* no próprio dia do golpe pela Intersindical, apelando para a "mobilização de todos os trabalhadores em todos os setores

onde seja possível com vista a ir para as unidades militares apoiar os militares progressistas, ir para as centrais de água e energia, ir para os postos de comunicação...", o comunicado pergunta se a Intersindical pretende também afirmar que não houve golpe e "que esteve fora dele".

A comentar os acontecimentos, afirma-se que "o país esteve à beira da guerra civil e ainda há quem queira retirar as responsabilidades àqueles que, aventureira e criminosamente, de manobra em manobra, manipulando justas lutas dos trabalhadores, não hesitaram em premir gatilhos, espalhar a morte, o caos e a confusão, situação que poderia abrir as portas ao fascismo".

Contestando o critério seguido pela Intersindical ao qualificar de "progressistas" os militares e civis implicados no golpe, e a afirmação de que o seu saneamento constitui "um real perigo para a democracia", o comunicado prossegue: "Os trabalhadores entendem por que razão a Intersindical se calou face aos saneamentos de democratas e antifascistas no

"Século", no "Diário de Notícias" e em outros órgãos de Informação e vem agora, apressadamente, falar do "afastamento" de trabalhadores da Emissora Nacional e Rádiatelevisão, acusados de terem responsabilidades no golpe."

Como perspectivas de actuação para o futuro, afirmam as dez direcções sindicais: "Travado este golpe social-fascista, o povo trabalhador não poderá abrandar a sua vigilância, pois que o social-imperialismo não desistirá, ainda, de impor a sua ditadura. Outro tanto terão os trabalhadores de continuar atentos ao imperialismo capitalista e às manobras do fascismo, cuja opressão sentiram na pele, para que não volte com as suas garras ferozes a aproveitar-se da ocasião que o golpe aventureirista do 25 de Novembro lhe poderá proporcionar, se os trabalhadores disso se alhearem."

"Avançar com formas de luta capazes de manter uma situação de democracia é a única possibilidade de se caminhar, de forma irreversível, para a cons-

trução da sociedade socialista, afirma-se seguidamente. O comunicado avança ainda a defesa da substituição de "certas direcções sindicais e outros órgãos, elegendo representantes que coloquem as organizações de classe ao serviço "dos trabalhadores, e com a proposta de se "levar à prática um verdadeiro controlo operário".

Por último, apela-se para a presença em massa dos trabalhadores nas assembleias gerais dos sindicatos, impedindo a recuperação de posições já perdidas pela linha afectada à Intersindical, e para a "entrada, reentrada e permanência dos sindicatos democráticos no Intersindical" para lutar no seu interior para que ela venha a "ser uma autêntica central única dos trabalhadores".

POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA

Esta tomada de posição vem

culminar uma aproximação de diversas direcções sindicais recentemente eleitas sob o lema "por um sindicato democrático", no sentido de coordenar a oposição à tendência dominante no movimento sindical português. Segundo apurámos junto de um dos sindicatos subscretores, não se pretende constituir o embrião de uma segunda central sindical concorrente, mas apenas lutar dentro da Intersindical contra um secretariado que se considera não corresponder aos verdadeiros interesses dos trabalhadores.

Mais ainda, considera-se incorreta a tendência verificada em muitos sindicatos para o abandono da Inter e procura-se esclarecer os trabalhadores que é apenas a política de um secretariado que deve ser combatida e não a ideia e a organização da central sindical única.

A constituição da "frente", como tendência interna à Intersindical, não parte apenas de uma posição de hostilidade à sua actual

direcção. Segundo nos declararam, assenta na existência de princípios e de perspectivas de actuação comuns, e em especial a defesa da ampla participação das massas na condução das suas organizações de classe. Para além dos dez sindicatos subscretores, vários outros partilham das mesmas posições nomeadamente no Norte e no Centro do país, zona onde têm sido particularmente numerosos os casos de abandono da Intersindical decididos em assembleias de trabalhadores.

Ainda que, de acordo com os estatutos da Intersindical, não seja permitida a formação de tendências no seu seio, considera-se que o relativo enfraquecimento da organização não permitirá que venham a ser decididas sanções contra as direcções subscretores do documento. Também nesse caso, não deixaria de se abrir um conflito de vastas proporções.

República - 11-12-75

BUSCAS A SINDICATOS (durante o estado de sítio)

NADA FOI ENCONTRADO

Os Sindicatos dos Rodoviários (ex-motoristas) e dos Escritórios foram objecto duma busca passada pelos Comandos e à sua maneira, na noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro.

Com duas chaimites e outras duas viaturas, trinta homens bem armados, bloquearam a rua do Sindicato dos Rodoviários e durante quatro horas viraram tudo do avesso. O que estava aberto, revista-ram. O que estava fechado arrombaram, tendo entrado mesmo, pela força, na Cooperativa de Táxis situada ao lado. Acompanhava-os um indivíduo à civil encarregado de revistar os papéis e a documentação do Sindicato. O elemento da Direcção que nos prestou as informações, classificou a atitude dos Comandos de intimidatória, afirmando que, devido à situação de estado de sítio que na altura vigorava, aqueles militares, a pretexto de procurar armas, tinham passado busca sem qualquer mandato escrito. Nada foi encontrado.

ESCRITÓRIOS

Também à «procura de armas», foi passada busca, no mesmo dia 30, ao Sindicato dos Escritórios, por uma força dos Comandos, transportada em duas chaimites. Segundo as informações obtidas no próprio Sindicato, teria havido a denúncia de que se encontravam armas nos tectos falsos do ar condicionado. Nada foi encontrado.

Entretanto ontem, a Comis-

são Directiva Provisória deste Sindicato, divulgou a seguinte tomada de posição:

«No passado domingo, 30 de Novembro, alguns elementos do Regimento de Comandos da Amadora, transportados em dois Chaimites que estacionaram à porta, apresentaram-se, cerca das 23,30 horas, à Comissão Directiva Provisória que àquela hora se encontrava nas nossas instalações da Rua Braamcamp, n.º 9, exigindo efectuar uma busca às mesmas, alegando uma «denúncia» segundo a qual se encontrariam armas (!) no 2.º andar.

Após tal busca, que foi rápida e claramente facultada, pois os trabalhadores de escritório nada têm que precisam de esconder, nada foi encontrado que não devesse estar num Sindicato e, claro, não havia nenhuma arma, de qualquer tipo.

É de referir, entretanto, que já anteriormente haviam sido atiradas contra este Sindicato, idênticas e torpes calúnias e, então como agora, buscas efectuadas por forças militares nada encontraram, passando disso a respectiva contra-prova oficial.

Os ataques, assaltos, calúnias e os recentes assassinatos a sangue-frio de que foram vítimas os nossos camaradas JOAQUIM LEAL, MARIA EDUARDA PENEDO e ANTÓNIO ALMEIDA SILVA são os métodos da reacção e do fascismo. Como sempre o seu alvo são os trabalhadores, o Povo.

Quem não recua face ao as-

sassino a sangue-frio não recuará perante a covarde e repulsiva calúnia anónima.

A Comissão Directiva Provisória vem alertar os trabalhadores para mais esta provocação denunciando a sua origem, provocatória e fascista. A C.D.P. estranha também, e repudia, o aparato bélico que rodeou a incursão dos elementos militares salientando que os assaltos, incêndios e destruições de instalações de Organizações Sindicais verificadas em várias localidades e de que o mais recente exemplo foi a destruição da União dos Sindicatos do Porto, perpetrado por fascistas à solta, e impunes, não mereceram nunca tais cuidados das autoridades, militares ou civis, que se intervinha, era para, passivamente, assistir às provocações, nada fazendo.

Oferecerão os trabalhadores e as suas Organizações Democráticas maior perigo, na visão das autoridades, do que os provocadores, os arruaceiros, os incendiários e os fascistas?»

17 DEZ. 1975

INTERSINDICAL REPUDIA SINDICÂNCIA AO INATEL

A sindicância ordenada pelo ministro do Trabalho ao INATEL «na base de denúncias de pretensos desvios às suas finalidades e objectivos, visa exclusivamente molestar o nome de homens que dedicadamente têm servido a causa dos trabalhadores e confundir o povo português através de manhosas insinuações tendentes a desprestigiar aquela organização de promoção cultural, desportiva e recreativa, inequivocamente virada para os interesses dos trabalhadores portugueses, e por estes totalmente sustentada economicamente», afirma-se num comunicado do Secretariado da Intersindical Nacional, que classifica tal acto de «abusivo, ingerente e arbitrário».

No mesmo comunicado, o Secretariado da Intersindical Nacional, que afirma ter tido conhecimento da sindicância ao INATEL através dos órgãos de comunicação social e dos delegados da Intersindical naquela organização, acusa o ministro do Trabalho e a sua equipa de demonstrarem na sua actuação quotidiana «ligações com o patronato, defendendo os seus privilégios de classe em prejuízo dos interesses das massas trabalhadoras, da democracia e do socialismo, contrariamente ao que demagogicamente apregoam». E a dado passo do documento lê-se:

«As tentativas que o sr. ministro e o seu secretário de Estado têm feito para transformar radicalmente o Ministério do Trabalho em Ministério das Corporações não iludem os trabalhadores portugueses. Após a criação do Gabinete de "Apóio" à vida sindical, aqueles senhores não hesitam em fazer sindicâncias nas organizações dos trabalhadores que formalmente dependem daquele ministério ou do Estado.»

Mais adiante, o Secretariado da Intersindical Nacional denuncia ainda que a sindicância ao INATEL foi rodeada «de extemporâneas e caluniosas afirmações em diversos órgãos de informação ao serviço da contra-revolução» e termina repudiando «todas as atitudes corporativas do sr. ministro do Trabalho» e alertando as massas trabalhadoras «para a defesa intransigente das suas conquistas democráticas e vigilância activa à volta das suas organizações».

Entretanto, contactado o Ministério do Trabalho a este respeito, fomos informados que nada há a acrescentar ao texto do despacho que determina a sindicância ao INATEL.

Vai ser revista a lei sindical

O Conselho da Revolução está a estudar a revisão da lei das associações sindicais, que consagra legalmente o princípio da unidade sindical — confirmou fonte fidedigna ao «Diário de Lisboa». O jornal «A Luta», na sua edição de sábado, prevê, até, a revogação diploma que reconhece a Intersindical como a confederação geral dos sindicatos dos trabalhadores portugueses — notícia que não nos foi possível confirmar, nem desmentir, junto das instâncias oficiais competentes.

Entretanto, a «Inter», organização sindical representativa da esmagadora maioria dos trabalhadores, desconhece tais diligências, considerando que a notícia d'«A Luta» visa pressionar os órgãos de Poder» no sentido de retirar à central sindical o papel que esta tem desempenhado em todo o processo político português.

«Não estranhámos que tenham rever a lei das associações sindicais», afirmou-nos Jaime Machado, do Secretariado da Intersindical, «pois o movimento sindical é a grande organização de massas que une os trabalhadores portugueses na luta pelos seus interesses de classe». Por esta razão, «tentam enfraquecê-los, através do divisionismo» — acrescentou aquele dirigente.

A revisão da lei sindical e a notícia sobre a Intersindical inserem-se no quadro mais vasto da «viragem à direita» posterior aos acontecimentos de 25 de Novembro», adianta Jaime Machado: «as forças de direita intensificaram a sua escalada pela tomada de postos-chave no aparelho de estado e militar, e nos órgãos de informação. Só lhes faltava o movimento sindical.»

No entanto, os trabalhadores, que lutaram para conseguir a unidade sindical, «defenderão a continuidade deste princípio sempre que ele for posto em causa, adoptando as formas de luta que acharem convenientes» — acrescentou.

Estranha também a Intersindical que o Conselho da Revolução tente rever a lei sindical «sem haver um motivo para isso e sem ouvir os representantes dos trabalhadores portugueses». Por outro lado, contesta os termos da notícia publicada no diário de Raul Rego, que pretendia «dividir e

confundir os trabalhadores».

UMA CONQUISTA DOS TRABALHADORES

A publicação do decreto-lei do Conselho da Revolução, de 30 de Abril, reconhecendo a Intersindical Nacional como a confederação geral dos sindicatos portugueses, foi precedida de intensa movimentação dos trabalhadores em torno da questão da unicidade sindical (unidade sindical consagrada na lei).

O problema foi então debatido a nível das empresas e em diversos escalões sindicais, afluindo ao Ministério do Trabalho, gerido pelo major Costa Martins, numerosas tomadas de posição, por vezes contraditórias.

De acordo com elementos apurados em Fevereiro, revelados num estudo do Ministério do Trabalho sobre os resultados da discussão da lei sindical, dos 189 sindicatos que deram conhecimento àquele departamento da sua posição quanto à unicidade, 167 manifestaram-se a favor e 22 contra (doze dos quais defenderam a unidade, contestando, no entanto, a sua consagração legal).

Cerca de 300 mil trabalhadores desfilaram pelas ruas de Lisboa, rumo à Praça de Londres, no dia 14 de Janeiro, pressionando decisivamente os centros de decisão político-militar, no sentido do consenso que maioritariamente se havia formado, no decurso da discussão, em que intervieram os próprios partidos políticos.

O Movimento das Forças Armadas, que se mantinha coeso apesar da diversidade de tendências, que se esboçava, acabou por ratificar o princípio da unicidade, abrindo caminho — após a clarificação proporcionada pela intentona falhada de 11 de Março — à aprovação, pelo Conselho da Revolução, em 30 de Abril, dos decretos-leis números 215-A/75 (reconhecendo a Intersindical) e 215-B/75 (lei das associações sindicais, regulando o exercício da liberdade sindical por parte dos trabalhadores).

No preâmbulo do primeiro daqueles diplomas reconhecia-se expressamente que «é condição indispensável para vencer as grandes batalhas a travar na caminhada para o socialismo que os trabalhadores

portugueses reforcem a sua unidade e coesão em torno das suas organizações sindicais».

Desta forma se consagrava legalmente a perspectiva que centenas de milhares de trabalhadores haviam defendido, em discussões de âmbito sindical e nas manifestações do dia 14 de Janeiro. Após o 25 de Novembro, certas forças políticas mostram a intenção de rever a legislação aprovada naquela fase ascendente da Revolução, reeditando argumentos então derrotados e prescindido, pelo menos por enquanto da opinião dos trabalhadores.